

Juiz pede informação

O advogado Eduardo Pinto, contratado pelo deputado distrital José Edmar, ingressou ontem no Tribunal Regional Federal com o pedido de *habeas corpus* de Pedro Barbudo. O juiz Cândido Ribeiro, que analisa o recurso, pediu informações ao juiz Eduardo Rocha, que expediu o mandado de prisão preventiva. Ele tem 24 horas para responder.

Barbudo continuará preso por tempo indeterminado numa cela coletiva da carceragem da Polícia Federal. Como não foi preso em flagrante, o líder invasor não pôde pagar fiança. A defesa de Barbudo argumenta que ele tem residência fixa há

24 anos e nunca recebeu dinheiro com as invasões.

Às 9h de ontem, o deputado José Edmar visitou o assessor preso. O deputado diz que o juiz Eduardo Moraes da Rocha, que expediu o mandado de prisão preventiva, foi induzido ao erro pelas informações passadas na mídia e repassadas pelos procuradores da

República Alexandre Camanho e Osnir Belice. "Se ele tivesse que ser preso, seria pela Justiça Estadual, não pela Federal", protestou Edmar. O deputado admite que Barbudo liderou a invasão ao Condomínio Del Lago, uma área particular. Na área invadida da

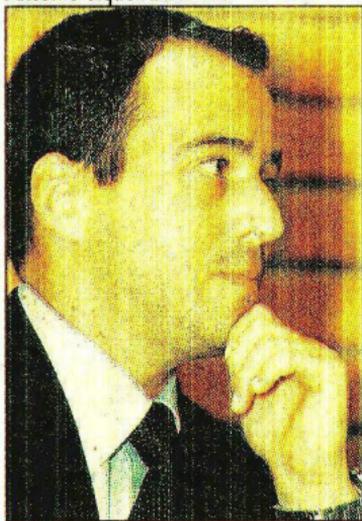
União (Itapuã II), ele afirma que seu assessor "apenas seguiu o seu povo".

A ação de Pedro Barbudo também é investigada pela Polícia Civil. A 6ª Delegacia de Polícia (Paranoá) apura a participação do líder em crime de invasão de terra e parcelamento do solo.

Barbudo depôs na 6ª DP na terça-feira passada e, no mesmo dia, acaba

bou indiciado por parcelamento irregular do solo e esbulho possessório (invasão de terras de outros). O delegado-chefe Bartolomeu Araújo não antecipa se pedirá ou não a prisão preventiva do líder das invasões. Em sua defesa, Barbudo falou à polícia "que não incita, que não invade, mas dá apoio moral a quem faz". (SM)

Antonio Siqueira 20.9.00



ALEXANDRE CAMANHO: CASO PASSA PARA ÁREA CRIMINAL